

O que é uma ontologia do endividamento? Biopolítica e financeirização da vida

What is a ontology of the debt? Biopolitic and financialization of the life

Rodrigo Diaz De Vivar Y Soler (UNISINOS)¹

Resumo: Este trabalho procura explorar as possíveis correlações entre a biopolítica e a financeirização da vida. Baseados numa investigação teórica nos propusemos a pensar quais seriam as condições de possibilidade para constituição de discursos sobre o endividamento e suas estratégias de modos de subjetivação e formas de governamentalidade presentes no contexto da nossa sociedade capitalística. Nossas considerações finais são dedicadas a pensar os rastreamentos de uma possível ruptura em relação ao processo de endividamento e de financeirização da vida através da criação de uma estética da existência responsável por ultrapassar a tênue linha de captura dos dispositivos biopolíticos. Nesse sentido, elaborar uma leitura sobre o processo de correlação entre a biopolítica e a financeirização da vida significa desconstruir qualquer tentativa de compreensão em torno da lógica neoliberal dos discursos econômicos tradicionais para inseri-la no campo dos debates de uma prática política através da construção de uma alegoria sobre os agenciamentos maquínicos.

Palavras-chave: Biopolítica; Financeirização da Vida; Dispositivo.

Abstract: This paper seeks to explore possible correlations between biopolitics and financialization of life. Based on a theoretical research we set out to think what are the conditions of possibility for the creation of discourses on the debt and strategies of subjectivation modes and forms of governmentality present in the context of our capitalistic society. Our final considerations are dedicated to think the traces of a possible break from the indebtedness process and financialization of life by creating an aesthetic of existence responsible for exceeding the fine line of biopolitical capture devices. In this sense, draw up a reading on the process of correlation between biopolitics and financialization of life means deconstructing any attempt to understand around the neoliberal logic of traditional economic discourse to enter it in the field of debates of a political practice by building an allegory about the machinic assemblages.

Keywords: Biopolitics; Financialization of Life; Dispositiv.

¹ Bacharel em Psicologia pela UNESC (2007), Mestre em Psicologia pela UFSC (2011), Doutorando em Filosofia pela UNISINOS. Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário Estácio Santa Catarina desde 2013. E-mail: diazsoler@gmail.com

Quando a exploração estelar crescer, serão as corporações que darão nome a tudo. A esfera estelar IBM. A galáxia Microsoft. O planeta Starbucks.

Edward Norton em Clube da Luta.

Introdução

A biopolítica é um dos conceitos mais importantes para a construção de uma problematização sobre os modos de vida no contexto da sociedade ocidental contemporânea. Compreendida como uma tática gerencial cuja função seria a de instituir padrões reguladores e normativos sobre a vida, a biopolítica pode ser caracterizada como um dispositivo que percorre os mais variados processos que envolvem as estratégias de saber, as práticas de poder e os processos de subjetivação.

Nesse contexto, é correto afirmar que a biopolítica organiza sua estrutura através de uma série de regulações responsáveis por instituir uma espécie de crivo hierárquico em torno das formas de governamentalidade que envolvem os aspectos históricos, políticos culturais e sociais. Nas palavras de Chignola (2015, p. 08)

Este processo, mais uma vez, não percorre geografias lineares. Trata-se de uma fronteira – que é traçada entre quem recebe a “somatização” da existência singular que é produzida por estas “biopolíticas” materiais da vida e quem é impedido ou excluído – que divide blocos de população dentro das grandes metrópoles globais territorializando de forma diferenciada singularidade e classes. O desenho do espaço social derivante corresponde ao mapa de riscos que caracteriza o ambiente da regulação neoliberal.

É correto afirmar, portanto, que a biopolítica se constitui como uma prática asséptica responsável por arquitetar todo um processo de padronização das condutas e dos modos de vida. Nesse sentido, os problemas lançados pela biopolítica sobre as práticas sociais e culturais vivenciadas pelo sujeito na contemporaneidade nos convidam a elaborar uma problematização da produção de certos regimes de verdade. Um desses problemas seria o dispositivo de financeirização da vida como estratégia de captura praticado pelas formas de governo presentes no mundo de hoje.

Elaborar uma problematização das correlações entre a biopolítica e a financeirização da vida significa, pois, constatar que um dos efeitos mais eficazes sobre os processos de subjetivação provenientes da racionalidade neoliberal consiste na suspensão de direitos e garantias fundamentais em nome da emergência de um Estado cada vez mais austero em relação aos grupos minoritários. O que ora afirmamos é que grupos como os negros, os gays, os idosos e os pobres, num sentido geral, são sempre as vítimas prioritárias das articulações estabelecidas pelas formas de governamentalidade provenientes da biopolítica.

Propusemo-nos a pensar os principais aspectos da financeirização da vida a partir de uma leitura sobre os desdobramentos da biopolítica na nossa sociedade, baseados nas contribuições de autores como Foucault, Nietzsche, Benjamin, Deleuze e Peters para procurar explorar as nuances do processo de emergência e proveniência da dívida como um recurso imprescindível para o adestramento e a produção de modos de subjetivação na contemporaneidade através da estruturação de doutrinas de governamentalidade.

Concebida nessa perspectiva, a crise experimentada pela maioria dos sujeitos não é apenas um problema de ordem econômica, mas, sobretudo uma questão ética que envolve a estruturação de uma série de medidas que afetam as práticas sociais dentro do contexto da sociedade atual. Investigar, portanto, a ilustração do fenômeno da dívida equivale a pensar as formas pelas quais são estruturadas as práticas de policiamento da existência através da lógica neoliberal já que cada vez mais percebe-se a presença do que poderíamos chamar de indivíduos descapitalizados.

Nesse sentido, faz-se necessário pensar a financeirização da vida como um processo marcado por novas formas de subjetivação articuladas à governança financeira como inibidora de qualquer possibilidade ou estratégia de experiência ética ou

agenciamento político. Nosso ensaio procura articular essa problematização pensando o endividamento e todos os seus contornos como um dos desafios a serem enfrentados pelo pensamento crítico nos dias de hoje através do questionamento dos possíveis agenciamentos ou rupturas necessárias para uma possível superação deste elemento tão atroz responsável por acoessar nossas vidas. Trata-se, no caso de se promover uma problematização acerca da financeirização da vida como uma estratégia fulminante não somente da precarização das relações humanas, mas sobretudo, como uma forma de doutrinação de uma política fascista que institui a relação credor – devedor como uma ferramenta de dominação cultural, política e histórica.

Biopolítica, sociedade de controle e financerização da vida

Em ensaio consagrado a atualidade do pensamento foucaultiano, Gilles Deleuze (1992) nomeia nossa contemporaneidade como a época por excelência dos dispositivos refinados de controle. Essa característica é singular, uma vez que desde a segunda metade do século XX a universalidade do modelo disciplinar parece entrar cada vez mais em um declínio acentuado. As estruturas fabris, os modelos escolares, as dinâmicas familiares, as prisões, os manicômios tudo isso parece ter ficado para trás dado seu infrutífero aspecto de proceder a felicidade e a garantia de segurança aos indivíduos nas sociedades capitalísticas.¹

O modelo do controle assume sua eficácia pelo regramento de sanções e processos normativos cada vez mais móveis e heterogêneos cujo efeito mais sintomático talvez seja o da palavra crise. É ela que nos atormenta todos os dias transformando-nos em reféns da biopolítica. O elemento alegórico da sociedade de controle para Deleuze (1992) não é a mão do carrasco que disciplina nosso corpo conforme a performatividade do aparato estatal, mas o desejo dos indivíduos tornarem-se *dividuais*, isto é, numerosos dados estatísticos sobre o controle da vida espécie através da permanente troca de fluxos e a percentagem em diferen-

tes modos de subjetivação que são responsáveis por instituir o que Deleuze (1992, p. 22) nomeia como culto magistral ao dinheiro

É o dinheiro que talvez melhor exprima a distinção entre as duas sociedades, visto que a disciplina sempre se referiu a moedas cunhadas em ouro – que servia de medida padrão –, ao passo que o controle remete a troca flutuantes. Modulações que fazem intervir como cifra uma percentagem de diferentes amostras de moedas. A velha toupeira monetária é o animal dos meios de confinamento, mas a serpente o é das sociedades de controle.

Essas palavras indicam a presença nas sociedades de controle de um novo modo de subjetivação vinculado ao dispositivo do endividamento como ferramenta intrínseca aos procedimentos de governo como forma de manutenção não somente das desigualdades sociais das diferentes classes, mas da governamentalidade exacerbada das grandes corporações. Diferentemente do poder pastoral que, segundo Foucault (2011), era responsável por governar a *conduta das almas*, o nosso sistema corporativo governa nossas *condutas em relação ao dinheiro*. Forma gregária típica do tempo presente em que está em jogo o processo de endividamento como sustentação das práticas de poder.

Em *Economias Biopolíticas da Dívida*, Peters (2016) aponta a dívida como um dos recursos mais eficazes ao processo de assujeitamento da população sendo utilizado inclusive como argumento para a suspensão de direitos e de garantias fundamentais. Nesse contexto, o processo de endividamento torna-se o elemento central de um estilo de vida proveniente da cultura ocidental. Assistimos hoje a um profundo e perverso jogo de endividamento não só dos países periféricos como ocorrera no auge da Guerra Fria, mas também nas nações industrializadas da Europa e mesmo nos Estados Unidos. No site do *Fundo Monetário Internacional*² é possível acompanhar os desdobramentos dessa economia biopolítica do endividamento onde chega-se a perceber que a dívida pública de algumas nações desenvolvidas como a do Japão, por exemplo, chegou a consumir 225.80 % do Produto Interno Bruto no último ano. Não por acaso que mesmo os blocos econômicos como a União Europeia já apresentam sinais de desgaste político e social no que se refere a suspensão das garantias fundamentais da sua população através da supressão de serviços públicos por meio de

¹ Optamos por empregar o termo capitalístico em vez de capitalista, por nos orientarmos segundo a definição proposta por Guattari (1990) para quem as primeiras designariam todos os modelos de sociedade responsáveis por flertar ou mesmo adotar os padrões normativos e de estilos de vida do Capital independentemente da sua orientação ideológica ou mesmo política.

² Disponível em: <<http://www.imf.org/external/index.htm>>
Clínica & Cultura, v.2, n.1, jul-dez, 2016, 03-10

estratégias escusas como o aumento da jornada de trabalho, a precarização dos serviços de saúde e o aumento do tempo de contribuição para a conquista da aposentadoria. Peters (2016) aponta que, em escala global, muitos países têm se deparado com três modelos de crise: o primeiro referente ao processo de descapitalização dos bancos, o segundo correspondente ao acelerado processo de endividamento dos países fiscalmente mais fracos e o terceiro alinhado a uma política social ineficaz contra os problemas econômicos estruturais. Ainda a esse respeito ressalta Peters (2016, p. 05) que

Os próprios países que são os menos competitivos enfrentam os níveis mais altos de dívida soberana, doméstica e corporativa, uma característica que agrava a interligação das crises. A situação da Grécia demonstra exatamente essa crise tripla e a dificuldade de sucessivos “socorros financeiros” que tendem a usar recursos desproporcionais para atender os níveis existentes da dívida pública (na qual o índice de endividamento para o PIB é superior a 180%) ao invés de criar crescimento ou empregos. As atuais condições de “socorro financeiro” impulsionadas pela Alemanha tendem a enfatizar uma maior austeridade através de cortes na assistência social e aumento dos impostos.

Em relação a esse aspecto assinala Bolaño (2002) que a doutrina de financeirização da vida proveniente da biopolítica contemporânea atesta para o permanente aceleramento da crise, contribuindo, dessa forma, para a proliferação de argumentos contrários ao *Welfare State*. Nos casos dos processos de endividamento dos países emergentes esses sintomas são ainda mais latentes uma vez que muitos deles atravessam, nesse momento, uma profunda recessão socioeconômica muitas vezes mascarada de crise política proveniente desse modelo, o qual Peters (2016) chama de estabilização do índice de endividamento, ou seja, um lastro de decomposição dos indicadores econômicos e das políticas de inclusão social em nome do fortalecimento dos dispositivos de encargos que não se limitam apenas a dívida pública estendendo-se à vida dos indivíduos residentes, sobretudo nas periferias do mundo capitalístico.

Crise, endividamento, juros passam a ser palavras que circulam não pelo imaginário, mas pelo cotidiano das práticas sociais atormentando, deste modo, os já precários subsídios fornecidos aos idosos, aos programas sociais, as políticas trabalhistas e ao sistema educacional. Em recente editorial publicado no dia 24 de Julho de 2016, o

Jornal O Globo defendeu publicamente o fim dos subsídios do Governo Federal em relação à Educação Superior pública e gratuita alegando que, dentro da realidade brasileira, o Ensino Superior Público é uma questão de injustiça social, uma vez que apenas uma parcela mínima da população teria acesso às universidades federais e estaduais enquanto que a grande maioria torna-se refém da iniciativa privada.³ A crise da dívida opera, portanto, como um dispositivo biopolítico intimamente relacionado aos programas de austeridade como forma não de enfrentamento aos problemas sociais e políticos, mas como estratégia fundamental da perpetuação das desigualdades através do aumento da má distribuição de renda e de uma gestão da vida pautada em uma relação credor-devedor a partir da construção de um processo ético no qual aquele que deve é dotado de uma consciência marcada pela culpa.

A esse respeito e explicitamente influenciado pelo pensamento de Nietzsche, Peters (2016) aponta que essa relação credor-devedor acaba por produzir uma forma de subjetivação marcada pela dupla tarefa da exploração e da dominação transformando todos em devedores diante das novas modalidades capitalísticas presentes na nossa sociedade. Na sua segunda dissertação da genealogia da moral Nietzsche (1998, p. 47) nos fornece um importante subsídio para pensarmos essa relação no contexto da biopolítica

Criar um animal que pode *fazer promessas* - não é esta a tarefa paradoxal que a natureza se impôs, com relação ao homem? Não é este o verdadeiro problema *do* homem?... O fato de que este problema esteja em grande parte resolvido deve parecer ainda mais notável para quem sabe apreciar plenamente a força que atua de modo contrário, a do *esquecimento*. Esquecer não é uma simples *vis inertiae* [força inercial], como creem os superficiais, mas uma força inibidora ativa, positiva no mais rigoroso sentido, graças à qual o que é por nós experimentado, vivenciado, em nós acolhido, não penetra mais na nossa consciência, no estado de digestão (ao qual poderíamos chamar “assimilação psíquica”), do que todo o multiforme processo de nossa nutrição corporal ou “assimilação física”.

O impacto dessa nefasta relação acaba por produzir formas de subjetivação elencadas no que

³ Editorial *Jornal O Globo: Crise Força o Fim do Injusto Ensino Superior Gratuito*. Ver mais detalhes em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/crise-forca-fim-do-injusto-ensino-superior-gratuito-19768461>.

poderíamos chamar de *sujeito da dívida*. Nesse sentido, a dívida se torna o elemento categórico de um dispositivo confessional de adestramento das subjetividades capturando modos de resistência no contexto do mundo contemporâneo. O alastramento da crise financeira não coloca sob suspeita somente a soberania dos territórios, como também intensifica formas de governamentalidade delimitadas pelo modo neoliberalista de se pensar as relações e as práticas sociais. Fina película de assujeitamento, portanto, responsável por impelir o sujeito em constituir-se para além de qualquer outro projeto que não o do Capital.

Em *A Vontade de Saber*, Foucault (2015) aponta que nossa sociedade viu emergir, a partir do século XVIII, uma série de dispositivos responsáveis por administrarem a vida através da formação do que ele mesmo chamou de *anátomo-política do corpo*, isto é, uma específica economia de poder responsável por produzir formas de gestão voltadas para a garantia da vida das grandes populações.

Ávila e Conceição (2015) relatam que o processo de financeirização da vida gera uma série de arbitrariedades e desigualdades em relação a formação de um processo de equidade econômica e social. Cada vez mais distantes dessa possibilidade, a maioria dos sujeitos se vê obrigada a tensionar suas vidas nos contornos das relações de crédito, pois no contexto do neoliberalismo a biopolítica atua no sentido de deslocar os direitos sociais para o contexto das dívidas sociais. Isso significa, segundo Peters (2016) que o processo de suspensão da garantia de direitos faz proliferar inúmeras práticas orquestradas pelos governos em relação a sustentação de um sistema financeiro austero sobretudo no que corresponde aos grupos étnica e socialmente minoritários. Sciré (2011) compreende que um dos grupos mais afetados pela crise sistêmica do mundo financeiro na atualidade são os mais pobres. Destituídos de qualquer sistema jurídico ou político contra o endividamento, as categorias mais populares acabam por entoar em uníssono o mantra que diz: *crédito é força, dívida é culpa*, ou seja a presença espectral de uma governamentalidade neoliberal responsável por produzir, como aponta Chignola (2015), a estranha figura de um sujeito como *empresa individual*.

Decorre dessa constatação, o fato de que o neoliberalismo não é somente um conceito econômico no sentido estrito do termo, mas um modo de vida responsável por identificar e propagar

elementos gestuais, isto é, inscrever no próprio corpo dos indivíduos os aspectos sepulcrais da crise como elemento constante dos modos de vida e da biopolítica de financeirização. A esse respeito escreve Peters (2016, p. 11) que

...financeirização é um termo que descreve um sistema ou um processo econômico que tenta reduzir todo valor que é trocado (seja tangível, intangível, futuro ou presente, promessas, etc.) a um instrumento financeiro ou a um derivativo de um instrumento financeiro. A intenção original da financeirização é poder reduzir qualquer produto ou serviço de um trabalho a um instrumento intercambiável. É um aspecto da maior simbolização, matematização, e informatização dos mercados financeiros que são tendências dentro do capitalismo do conhecimento. O neoliberalismo é uma expressão do poder da fiança que ganhou ritmo com a internacionalização do capital e a globalização dos mercados.

A crise financeira ocupa, portanto, um papel central dentro do debate entre a biopolítica e as formas de governamentalidade na medida que sinaliza os aspectos pelos quais a financeirização da vida acarreta a precarização das relações humanas em que o *homo sapiens* converte-se em *homo economicus*. Sendo o capitalismo uma força que atua no sentido de administrar a vida, o processo de endividamento transforma-se num espiral responsável por instituir uma multiplicidade de fluxos: dívida do cartão de crédito, dívida da casa própria, dívida do cheque especial, dívida do plano de saúde... todos elementos pulsantes de um agenciamento maquínico cujo impacto se dá pelo débito como modo de governança.

Em reportagem publicada em 29 de Março de 2016 o jornal *Correio Braziliense* chega a afirmar que o endividamento das famílias brasileiras atingira o recorde de 44, 6% da população durante o mês de Janeiro do mesmo ano.⁴ Como categoria punitiva, por excelência, a dívida acaba por produzir sujeitos cada vez mais adestrados pelos enunciados do crivo capitalístico do mundo contemporâneo através da formulação de estratégias frustradas de adaptação em relação aos desdobramentos assumidos pela crise financeira. A biopolítica da financeirização acaba por constituir os elementos de uma busca incessante não somen-

⁴Disponível:

http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2016/03/29/internas_economia,524614/endividamento-das-familias-fica-em-44-6-em-janeiro-diz-bc.shtml.

te pela manutenção do emprego, mas pelo aceleração das precárias condições de trabalho através da procura por modos alternativos de se complementar a renda familiar.

A obrigação em ter de honrar seus compromissos leva um número cada vez maior de sujeitos a abrir mão de um envolvimento com a política, com a cidadania e com a ética uma vez que o dispositivo do endividamento é profundamente controlador dos desejos e afecções inibindo qualquer potência criativa por parte do sujeito.

A financeirização da vida é, portanto, um dispositivo agregado a lógica do mercado neoliberal que procura, a todo custo, intensificar o controle dos processos de subjetivação do sujeito, já que ela se baseia na propagação de discursos referentes a uma esperança quase escatológica por parte do indivíduo em acordar e não possuir dívida alguma, ou pelo menos, passar um único dia de sua curta existência sem ter de colocar a mão na carteira para sacar seu cartão de crédito.

Em uma sociedade na qual as práticas sociais não são mais do que um mero serviço de consumo, as subjetividades tornam-se orquestradas pela visão de mundo em que é preciso sempre intensificar a comercialização de tudo e, nesse contexto, o valor de uma pessoa não está mais ligado às concepções éticas ou políticas, e sim na capacidade desse indivíduo converter suas ações e projetos em indicadores de um possível potencial financeiro através da capacidade de administração e de pagamento das suas contas. Interessado em investigar a degradação da experiência no contexto do mundo capitalístico Walter Benjamin (2013, p. 21) indica que

O capitalismo deve ser visto como uma religião, isto é, o capitalismo está essencialmente a serviço da resolução das mesmas preocupações, aflições e inquietações a que outrora as assim chamadas religiões quiseram oferecer resposta. A demonstração da estrutura religiosa do capitalismo, que não é só uma formação condicionada pela religião, como pensou Weber, mas um fenômeno essencialmente religioso, nos levaria ainda hoje a desviar para uma polêmica generalizada e desmedida. Não temos como puxar a rede dentro da qual nos encontramos.

Essas palavras acabam por indicar a necessidade de se pensar a financeirização da vida como uma prática biopolítica voltada para o estreitamento das relações de culto ao Capital. Nesse sentido, é correto afirmar que as formas de gover-

namentalidade provenientes dos sistemas corporativos, acarretam na produção de uma subjetividade privatizada. Em entrevista concedida a *Revista do Instituto Humanitas*, Yann Boutang afirma que os desdobramentos da financeirização da vida acabam por articular, através de uma rede complexa e heterogênea os movimentos de captura dos seres vivos alastrando seus dispositivos por meio de elementos culturais e espirituais.⁵ Como consequência desses efeitos têm-se a formação de um aparato de governança intrinsecamente relacionado aos desdobramentos de políticas neoliberais voltadas para a disciplinarização e vigilância da vida sob a alegação de que é preciso se evitar, a todo custo, o endividamento da população por meio da estratificação do que Deleuze e Guattari (2005) chamam de máquina capitalista civilizada.

Relacionada a essa perspectiva encontra-se a tese de que a prática capitalística do século XXI, se assemelha muito aos processos de mortificação existentes na Alta Idade Média. No contexto da vida monástica os padres entendiam que uma alma somente poderia ser salva se renunciasse ao seu corpo, e tal renúncia acontecia por meio de rituais nos quais os indivíduos eram levados por meio da confissão a reconhecerem-se credores em relação ao seu Deus ou à Igreja. Era preciso criar estratégias que deveriam levar ao flagelo do próprio corpo como categoria de um espírito imundo que deveria ser purificado pelas mãos de instrumentos como a castidade, o jejum, a prática do silício e a confissão. Já no contexto capitalístico esse mesmo indivíduo é levado a reconhecer-se como devedor em constante processo de aperfeiçoamento em relação as diretrizes econômicas justificadas por estratégias de subjetivação na relação de dívida permanente. Deste modo, ao mesmo tempo em que o sujeito deveria se dirigir à figura de um Bispo para espiar seus pecados no mundo medieval, agora na contemporaneidade, o indivíduo projeta-se numa relação de doutrinação bancário e corporativo dirigindo todas as suas expectativas e projetos dentro do curso das práticas de governamentalidade neoliberais. Dito de outro modo, enquanto que na Idade Média o sujeito produzia sua experiência através de uma tentativa ontológica do cristianismo, agora ele

⁵Disponível:

http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6016&secao=468

produz sua subjetividade através de uma *ontologia do endividamento*.

Considerações Finais

Como se pode observar, o processo de endividamento é um fenômeno muito importante para uma contextualização da biopolítica na sociedade contemporânea. Recurso, portanto de ades- tramento, de vigilância e de controle dos afetos e da criatividade, a financeirização da vida acaba por instituir uma espécie de ethos por meio do qual o sujeito se constitui a partir de um perverso jogo presente na relação entre culpa e endividamento.

A esse respeito não seria exagero nenhum afirmarmos que o diagnóstico empreendido por Nietzsche acerca da morte de Deus, deveria ser lido como um processo de desdobramento em que a figura transcendental não desaparece em absoluto da história, mas converte-se em dinheiro. Pagar dívidas, nesse caso torna-se o único recurso estatutário para o sujeito nos dias de hoje como forma de subjetivação. Em entrevista concedida a revista italiana Ragusa, o intelectual italiano Giorgio Agamben aponta que os desdobramentos contemporâneos do capitalismo na nossa sociedade corresponde à celebração de uma espécie de liturgia na qual Deus não se encontra morto, mas apenas teria se transformado em dinheiro.⁶

Percebe-se, deste modo como a financeirização da vida se constitui num dos maiores desafios a serem problematizados pelo contexto do pensamento crítico e, nesse caso, a tarefa seria a de se procurar instituir outras formas de governamentalidade capazes de ultrapassar a fina película presentes nessa conjectura. O desafio consiste, em reconhecer-se como sujeito para além desse instrumento de captura e, nesse sentido, o conceito de estética da existência pensado por Foucault (1984) pode ser compreendido como uma importante ilustração de um artefato político voltado para a experimentação da vida compreendida como um escândalo da verdade. O elemento pulsante voltado para a construção de uma experiência ética autêntica e capaz de produzir formas, ou melhor, práticas de liberdade.

Elaborar uma leitura sobre o processo de correlação entre a biopolítica e a financeirização

da vida significa desvencilhar qualquer tentativa de compreensão em torno da lógica neoliberal dos discursos econômicos tradicionais para inseri-la no campo dos debates de uma prática política referendada pela tese de que a luta pela vida passa, necessariamente pela elaboração de uma alegoria sobre os agenciamentos maquínicos através da construção de uma experiência rizomática de outras formas de subjetividade.

Nesse caso, a pergunta a ser formulada seria: como elaborar essas estratégias de produção de uma estética da existência? Uma possível resposta pode estar ancorada na definição do conceito de *hecceidade* pensado por Deleuze (1992) no que se refere a construção de modos de vida marcados pela prática incessante da vida vulgar, o ato de se constituir para além dos encantamentos da biopolítica. O desafio consiste, pois na elaboração de estratégias voltadas para o enfrentamento, em seus relevos dessas formas de dominação presentes no contexto da biopolítica através da compreensão da vida como coragem da verdade.

⁶

Disponível

em:

<http://www.ragusanews.com/articolo/28021/giorgio-agamben-intervista-a-peppe-sava-amo-scicli-e-guccione>.

Referências

- Avila, R.B. & Conceição, J.B.S. (2015). O Capital no Século XXI e sua Aplicabilidade à Realidade Brasileira. *Cadernos IHUIDEIAS*, 13(234), 01-31.
- Benjamin, W. (2013). *O Capitalismo Como Religião*. São Paulo: Boitempo editorial.
- Bolaño, C. (2002). *O Império Contra-ataca*. Textos para a discussão III: UFS.
- Chignola, S. (2015). A Vida, O Trabalho, A Linguagem: biopolítica e biocapitalismo. *Cadernos IHUIDEIAS*, 13(228), 01-19.
- Deleuze, G. (1992). *Post Scriptum: a sociedade de controle*. In: Deleuze, G. (1992) *Conversações*. São Paulo: 34, 219-226.
- Deleuze, G. Guattari, F. (2005). *O Anti-Édipo: capitalismo esquizofrenia*. São Paulo: 34.
- Guattari, F. (1990). *Micropolíticas: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1984). *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro Graal.
- Foucault, M. (2011). *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2015). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Nietzsche, F. (1998). *Genealogia da Moral: uma polêmica*. Rio de Janeiro: Companhia das letras.
- Peters, M. A. (2016). Economias Biopolíticas da Dívida. *Cadernos IHUIDEIAS*, 14(236), 01-16.
- Sciré, C. D.O. (2011). Financeirização da Pobreza: crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo. *Teoria e Pesquisa: revista de ciência política*, 20(0), pp. 65-78.

Submetido em: 01 de novembro de 2016

Aceito em: 20 de maio de 2017